



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada para retirada da película existente e fornecimento e instalação de película de proteção solar - insulfilm nos vidros das janelas e portas externas do Edifício Sede do TRE-SC.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

O edifício sede do TRESC possui películas instaladas nas janelas há mais de 15 anos e, portanto, apresentam diversos danos (riscos, descolamentos, etc.), sendo que as mais recentes, substituídas em manutenções posteriores, são diferentes das anteriores, prejudicando a aparência da edificação.

2.2. Objetivos e Benefícios

A presente contratação busca melhorar as condições de conforto térmico e diminuição da luminosidade nas áreas internas do Ed. Sede do TRESC, além de melhorar a estética da edificação, visto que as muitas das películas existentes estão desgastadas, danificadas e não seguem um padrão.

2.3. Alinhamento Estratégico

INI1.6 e SGP3

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Estudos Preliminares juntados ao PAE 33.188/2021.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Trata-se de contratação de empresa para retirada da película existente e fornecimento e instalação de película nova de acordo com as especificações dessa contratação.

Segundo o levantamento realizado *in loco*, a película deverá ser instalada nas seguintes janelas e portas:

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Janelas laterais da edificação	687,35 m ²	687,35 m ²
2	Janelas do hall dos elevadores	131,83 m ²	131,83 m ²
3	Janelas da frente e dos fundos da edificação	215,52 m ²	215,52 m ²
4	Portas de acesso ao Museu, da Sala de Sessões e da Secretaria Judiciária	17,28 m ²	17,28 m ²

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação de empresa especializada para retirada da película existente e fornecimento e instalação de película de proteção solar - insulfilm nos vidros das janelas e portas externas do Edifício Sede do TRE-SC, de acordo com as seguintes características:

- Coloração neutra (grafite / chumbo);
- Visibilidade: 05%;
- Proteção contra raios UV: 95% a 99%;
- Rejeição contra raios Infravermelho (ou IR): 75% ou superior
- Aplicação: interna;
- Garantia do fabricante mínima de 03 anos contra desbotamento, falha adesiva, desmetalização, delaminação e defeitos de fabricação. Cor estável.
- Número do lote de fabricação e marca do fabricante timbrados na película.

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

A adjudicação do objeto deverá ser global, uma vez que permitirá uma melhor otimização na gestão da contratação, bem como dos serviços executados, além de permitir a padronização das películas, evitando instalação de marcas diferenciadas.

2.10. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o serviço nas condições estipuladas pelo TRESC.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica."

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Considerando que a prestação de serviço e o fornecimento dos materiais possui natureza comum,



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

sugere-se que a modalidade da licitação seja o Pregão Eletrônico do tipo menor preço.

2.12. Impacto Ambiental

Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo Contratante.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização / economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- d) Reciclagem / destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- e) Descarte adequado, da forma ecologicamente correta e em conformidade com a legislação ambiental e sanitárias vigentes, de materiais tóxicos.

A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para preservação de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação de serviços.

2.13. Conformidade Técnica

O serviço a ser executado deverá estar em conformidade com as orientações dos fabricantes, legislação vigente e das normas da ABNT e internacionais, no que for aplicável:

- o NR 06 – Equipamento de Proteção Individual
- o NR 09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
- o NR 35 – Trabalho em Altura
- o Resolução CONAMA n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- o Resolução CONAMA n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. CONAMA n. 307:2002.

2.14. Obrigações da Proponente

Recomenda-se à empresa proponente realizar visita técnica nos locais onde serão prestados os serviços, a fim de verificar as condições ambientais para a execução dos serviços.

Caso a empresa opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser:

- a) Previamente agendada, preferencialmente, através do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br ou dos telefones (48) 3251-3785 ou 3251-3838, das 13 às 18 horas;
- b) Realizada pelo representante indicado pela empresa;
- c) Acompanhada por representante do TRESC, designado para esse fim.

A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência da presente contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.15. Obrigações da Contratante

O Contratante deverá cumprir com as seguintes obrigações durante a vigência do Contrato:

- 2.15.1. Autorizar o início dos serviços.
- 2.15.2. Promover, através de seus representantes, a fiscalização do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- 2.15.3. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela Contratada, e sua aprovação pelo Contratante.
- 2.15.4. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.
- 2.15.5. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

2.16. Obrigações da Contratada

- 2.16.1. A Contratada ficará obrigada a executar todo o serviço para o qual foi contratada no preço, prazo e condições estipulados em sua proposta.
- 2.16.2. Tomar as seguintes providências em até 10 (dez) dias a contar do recebimento do contrato assinado pelos representantes do TRESC:
 - 2.16.2.1. Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SMP/CIS/TRESC no local onde serão realizados os serviços.
 - 2.16.2.2. Apresentar a relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade.
- 2.16.3. Visitar o local de execução para a conferência das medidas e conhecimento das condicionantes de execução dos serviços, bem como eventuais dificuldades de execução em relação às instalações existentes
- 2.16.4. Empregar todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se pela reposição dos materiais danificados em virtude da má execução dos serviços, incluindo aqueles necessários ao seu refazimento.
- 2.16.5. Utilizar na execução dos serviços pessoal identificado, uniformizado, selecionado, de comprovada experiência técnica no cargo ou função, podendo ser exigida, por motivo devidamente justificado, a substituição de qualquer empregado, cujo comportamento ou capacidade a Contratante julgue impróprio ao desempenho dos serviços contratados.
- 2.16.6. Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da autorização enviada pela Seção de Manutenção Predial – SMP, após o cumprimento das obrigações previstas no item 2.16.2.
- 2.16.7. Promover o imediato afastamento, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de fiscalização do TRESC.
- 2.16.8. Reforçar a equipe se ficar constatada sua insuficiência, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto.
- 2.16.9. Cumprir as legislações federais, estaduais e municipais, bem como seguir as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, diligenciando para que seus empregados e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

os seus subcontratados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual (EPI) e com Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), para que não haja risco de paralisação dos serviços.

- 2.16.10. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados.
- 2.16.11. Fornecer, sempre que solicitado pelo TRESC, comprovantes de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução deste contrato.
- 2.16.12. Executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.
- 2.16.13. Seguir todos os procedimentos de segurança, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo, bem como às normas locais, estaduais e federais pertinentes;
- 2.16.14. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia anuência do TRESC.
- 2.16.15. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.16.16. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados.
- 2.16.17. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecerem.
- 2.16.18. Responsabilizar-se pelos serviços durante sua execução e até sua entrega ao TRESC.
- 2.16.19. Caberá à Contratada a integral responsabilidade pela guarda de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega.
- 2.16.20. Executar os serviços mantendo as áreas de trabalho limpas e desimpedidas, observando, para a remoção dos resíduos, o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental.
- 2.16.21. A contratada deverá realizar o selamento nas bordas de films metalizados, evitando, assim, o contato com as esquadrias de metal.
- 2.16.22. Apresentar, após a instalação, o certificado de Garantia. Ele e deverá conter os dados necessários do comprador e todos os dados técnicos sobre o produto adquirido.
- 2.16.23. Substituir o material/refazer o serviço, no prazo de 10 (dez) dias que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venha(m) a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que para a sua ocorrência não tenha contribuído - por ação ou omissão - o TRESC.
- 2.16.24. Reconstituir locais e/ou objetos que forem danificados, conforme art. 70 da Lei 8.666/93: "O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado".



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16.25. Proceder, ao final dos serviços, a limpeza e a remoção do material desnecessário e indesejável.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

A película a ser instalada deverá ter as seguintes características:

- Coloração neutra (grafite / chumbo);
- Visibilidade: 05%;
- Proteção contra raios UV: 95% a 99%;
- Rejeição contra raios Infravermelho (ou IR): 75% ou superior
- Aplicação: interna;
- Garantia do fabricante mínima de 03 anos contra desbotamento, falha adesiva, desmetalização, delaminação e defeitos de fabricação. Cor estável.
- Número do lote de fabricação e marca do fabricante timbrados na película.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

O produto de referência é a Película Grey Silver Grey da linha SMART da empresa Intercontrol (código SMART 05GSG).

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

3.1.2. Códigos SIASG

Código SIASG: 5584 – Instalação de película de proteção

3.1.3. Vigência

A presente contratação terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 28 de setembro de 2021.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

A CONTRATADA deverá participar, dentro do período compreendido entre o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SMP/CIS/TRESC.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da autorização emitida pela Seção de Manutenção Predial.

A autorização da Seção de Manutenção Predial - SMP para o início dos serviços ficará condicionada ao cumprimento das obrigações do licitante vencedor previstas no item 2.16.2 deste Projeto Básico.

A Contratada deverá agendar com a Seção de Manutenção Predial – SMP o início dos serviços, por meio do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br ou pelo telefone (48) 3251-3838 ou (48) 3251-3785, com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência, a fim de possibilitar a comunicação à Segurança do Tribunal e aos responsáveis dos setores que funcionam na edificação.

A comunicação entre o TRESC e a Contratada poderá ocorrer pelos seguintes canais:

- Preferencialmente através de mensagem por e-mail: cis-smp@tre-sc.jus.br ;
- Através de contato telefônico: (48) 3251-3700, ramais 3785 ou 3838;
- Pessoalmente, no local da prestação dos serviços.

Os serviços deverão ser executados de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas, ou outro horário a ser combinado com a fiscalização, sem prejuízo ao andamento normal das atividades nos locais das intervenções.

Os serviços poderão ser realizados aos sábados, domingos e feriados, desde que solicitados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, devidamente justificados e aprovados pela fiscalização, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

O TRE-SC disponibilizará os pontos de energia e fornecimento de água no local do serviço de acordo com a necessidade.

Obriga-se a contratada a fornecer as ferramentas, instrumentos, equipamentos necessários à execução dos serviços e equipamentos de proteção individual (EPI) aos funcionários que executarão os serviços.

O serviço a ser executado deverá estar em conformidade com as orientações dos fabricantes, legislação municipal vigente e das normas técnicas, no que for aplicável.

A contratada deverá realizar o selamento nas bordas de films metalizados, evitando, assim, o contato com as esquadrias de metal.

Após a instalação a Contratada deverá apresentar o certificado de Garantia. Ele e deverá conter os dados necessários do comprador e todos os dados técnicos sobre o produto adquirido.

Todas as medidas e cotas apresentadas são indicativas, devendo ser confirmadas no local.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.4. Prazos de Garantia

Prazo de garantia de 3 (três) anos, prestada pelo fabricante ou pela contratada, para a película contra desbotamento, falha adesiva, desmetalização, delaminação e defeitos de fabricação, após o recebimento definitivo dos serviços.

Prazo de garantia de 3 (três) anos, prestado pela contratada, para os serviços, incluindo descolamentos, descascamento, bolhas e defeitos de instalação, falha adesiva, desmetalização, delaminação e desbotamento após o recebimento definitivo dos serviços.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos pelo servidor titular da função de Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto, ou superior imediato, em conformidade com o art. 67 da Lei n.8.666/1993.

A Fiscalização terá autoridade para:

- a) Solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais.
- b) Exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação.
- c) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços.
- d) Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos projetos ou demais documentos, necessárias ao desenvolvimento dos serviços.
- e) Aprovar materiais similares propostos pela Contratada, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia, preço e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.
- f) Determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESP.

A existência desse acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Manutenção Predial SMP/TRESP, preferencialmente pelo e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br, ou pelos telefones (48) 3251-3785 ou (48) 3251-3838.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento provisório será realizado por meio de ateste em termo circunstanciado em até 5 (cinco) dias, após a comunicação da Contratada sobre a conclusão dos serviços, desde que haja aceite da fiscalização, conforme art. 73, inc. I, "a", da Lei 8.666/93.

De posse do Relatório de Recebimento Provisório, a Contratada terá prazo de até 10 (dez) dias para o atendimento de todas as exigências da Fiscalização, referentes a defeitos e imperfeições que porventura venham a ser verificados.

O Recebimento Definitivo será efetuado mediante termo circunstanciado, somente após o saneamento de todas as irregularidades apontadas no Termo de Recebimento Provisório, pela



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

fiscalização do Contrato, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da comunicação da Contratada sobre a conclusão dos serviços, observado o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

1.7. Pagamento

O pagamento será realizado na conclusão dos serviços, após o recebimento definitivo dos serviços contratados.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

A Contratada deverá manter quadro de pessoal técnico capacitado para a realização dos serviços, bem como executá-los sob a orientação e a responsabilidade de um profissional qualificado.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Contratação ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Para os fins do contido na alínea “h” do rol listado acima, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

Para os casos não previstos no segundo parágrafo, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução ou na entrega dos serviços sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor total contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

- a) O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II – Fotos dos locais onde serão instaladas as películas

Todas as medidas e cotas apresentadas são indicativas, devendo ser confirmadas no local.

1. Janelas do hall dos elevadores (60 janelas de cada)



- Medidas das janelas em metros:
 - i. $0,40 \times 0,95 \times 60$ janelas = $22,80 \text{ m}^2$
 - ii. $0,95 \times 0,95 \times 60$ janelas = $54,15 \text{ m}^2$
 - iii. $0,90 \times 0,90 \times 60$ = $48,60 \text{ m}^2$Total: $125,55 \text{ m}^2$, com perda de 5% = $131,83 \text{ m}^2$

2. Janelas laterais da edificação (717 janelas)





Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Medidas das janelas em metros:
 - i. $1,10 \times 0,83 \times 717$ janelas = $654,62 \text{ m}^2$
 - Total: $654,62 \text{ m}^2$, com perda de 5% = $687,35 \text{ m}^2$

3. Janelas da frente e dos fundos da edificação (192 janelas de cada)



- Medidas das janelas em metros:
 - i. $0,29 \times 0,52 \times 192$ janelas = $28,95 \text{ m}^2$
 - ii. $0,45 \times 0,87 \times 192$ janelas = $75,17 \text{ m}^2$
 - iii. $0,95 \times 0,52 \times 192$ janelas = $94,85 \text{ m}^2$
 - Total: $198,97 \text{ m}^2$, com perda de 5% = $208,92 \text{ m}^2$



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4. Janelas nos fundos da edificação (3 janelas de cada)



- Medidas das janelas em metros:
 - i. $0,40 \times 0,95 \times 3 \text{ janelas} = 1,14 \text{ m}^2$
 - ii. $0,95 \times 0,95 \times 3 \text{ janelas} = 2,71 \text{ m}^2$
 - iii. $0,90 \times 0,90 \times 3 \text{ janelas} = 2,43 \text{ m}^2$
- Total: $6,28 \text{ m}^2$, com perda de 5% = $6,60 \text{ m}^2$



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5. Porta da Sala de Sessões (1x)



- Porta da Sala de Sessões: $(2,30 \times 2,10) + 2 \times (0,31 \times 2,10) = 6,13 \text{ m}^2$

6. Porta da Sala de Sessões / Museu (1x)



- Porta da Sala de Sessões / Museu: $(2,30 \times 2,10) + 2 \times (0,31 \times 2,10) = 6,13 \text{ m}^2$



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

7. Porta de acesso a Secretaria Judiciária (1x)



- Porta da Secretaria Judiciária: $(2,00 \times 2,10) = 4,20 \text{ m}^2$